

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatário das demonstrações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
Salvador, 28 de abril de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	867	486		
Títulos e valores mobiliários	33	38		
Contas a receber de clientes	33.814	34.296		
Tributos a recuperar	2.945	2.589		
Partes relacionadas	8.303	7.918		
Antecipação de dividendos	-	5.293		
Outras contas a receber	1.709	1.684		
Total do ativo circulante	47.668	52.304		
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar	756	-		
Partes relacionadas	763	702		
Tributos diferidos	2.453	4.222		
Depósitos judiciais	8.791	8.886		
Outros ativos	799	799		
Imobilizado	29.551	30.768		
Intangível	545	855		
Total do ativo não circulante	43.658	46.232		
Total do ativo	91.326	98.536		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Total	
	Capital social	Correção monetária do capital	Incentivos Fiscais	Reserva legal		Retenção de lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.941	538	201	5.988	28.365	65.033
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.551	1.551
Destinações:						
Retenção de lucros	-	-	-	-	1.551	(1.551)
Dividendos intermediários aprovados	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	(387)	(387)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.941	538	201	5.988	21.529	50.977
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.665	7.665
Destinações:						
Retenção de lucros	-	-	-	-	7.665	(7.665)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	(1.916)	(1.916)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(27.278)	(27.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	29.941	538	201	5.988	-	36.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Televisão Bahia S.A. ("TV Bahia" ou "Companhia"), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, foi constituída em 19 de novembro de 1983 e iniciou suas atividades em 10 de março de 1985. A Companhia tem por objetivo a exploração de serviços de radiodifusão televisiva, com finalidade educativa e cultural, mediante prévia permissão ou concessão do Poder Público, nos termos da legislação em vigor.

A outorga para a execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é concedida pela União Federal através de aprovação do Presidente da Comissão de Congresso Nacional. Além disso, as outorgas para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens são concedidas separadamente por localidade. As outorgas não são exclusivas e expiram após 15 anos contados a partir da sua concessão e são renováveis mediante solicitação por um período similar. As outorgas da Televisão Bahia S.A., foram protocoladas no Ministério das Comunicações em dezembro de 2013, e encontram-se vigentes entre os períodos de dezembro de 2013 a dezembro de 2026.

A Companhia atua como emissora afiliada à Rede Globo de Televisão e tem sua programação básica fornecida por aquela Companhia, com suporte formal em contratos firmados entre as partes. Os saldos e resultados provenientes das transações com a Rede Globo refletem as condições estabelecidas em negociações, suportadas por esses contratos.

2. Políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Autorização da conclusão das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações contábeis em 27 de abril de 2026, nas quais consideramos os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações contábeis, quando requeridos.

A diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela diretoria na sua gestão.

2.3 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações contábeis foram apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

2.5.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e concluiu que estava atuando como principal em todos os casos.

As principais fontes de receitas da Companhia estão descritas a seguir:
Receitas de publicidade - As receitas de publicidade, originadas da venda de espaço publicitário na grade de programação, são reconhecidas de acordo com a inserção da publicidade.

Uma porcentagem da receita bruta de publicidade, conforme definido no contrato de rede, é debitada mensalmente pela Rede Globo a título de comissão por agenciamento mercantil. Os faturamentos efetuados anteriormente são registrados no passivo e, juntamente com os respectivos custos, são reconhecidos no resultado quando da veiculação da publicidade.

Juros (receita financeira) - A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.5.2 Impostos sobre o faturamento

As receitas operacionais auferidas pela Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0%.
- Imposto Sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%.
- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) 1,5%.

Os encargos são apresentados como deduções de veiculação na demonstração do resultado.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre prestação de serviço, exceto:

- Quando os impostos sobre prestação de serviço não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre prestação de serviço é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, no mesmo caso.

- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviço.

equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, depósitos judiciais e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e partes relacionadas; b) Deterioração de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, em terceiro por força de acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido o controle substancialmente alterados, essa substituição ou alteração de um ativo é reconhecida na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação associada ao mesmo for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de valor ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

2.8 Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros (ver nota explicativa 2.5.1 de transmissões).

2.9 Contas a receber de clientes

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48, A PECLD, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela diretoria para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

2.10 Direitos de transmissão são compostos por componentes de futebol e são registrados ao custo de aquisição no momento em que tais direitos tornam-se disponíveis ou quando adiantamentos são efetuados, o que ocorrer primeiro. A amortização desses direitos é computada com base na inclusão dos mesmos.

2.11 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, excluindo os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis ao mesmo. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado com o método de diferença entre o valor líquido do ativo e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.12 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e/ou perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada.

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperabilidade ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, quando incorridas, são classificadas como outras despesas.

Ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados evidências ou indicadores de perda no valor dos ativos.

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	150.128	147.580		
Custo dos serviços prestados	(73.732)	(72.648)		
Lucro bruto	76.396	74.932		
Receitas (despesas) operacionais	-	-		
Despesas gerais e administrativas	(40.134)	(42.049)		
Despesas de vendas	(20.373)	(19.400)		
Participação dos empregados no resultado	(4.041)	(4.791)		
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.890)	(8.710)		
	(66.438)	(75.040)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	9.958	(108)		
Receitas financeiras	300	478		
Despesas financeiras	(215)	(182)		
Resultado financeiro	85	296		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.043	188		
Imposto de renda e contribuição social				
- Correntes	(609)	(330)		
- Diferidos	(1.769)	1.693		
	(2.378)	1.363		
Lucro líquido do exercício	7.665	1.551		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.665	1.551		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total dos resultados abrangentes do exercício	7.665	1.551		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

2.14 Operações de permuta
Operações de permuta são representadas por transações não monetárias em que a Companhia vende espaço publicitário a um terceiro em troca de bens ou serviços ou em que a Companhia adquire bens ou serviços de um terceiro em troca de espaço publicitário. Essas operações são registradas ao valor justo de mercado dos bens e serviços especificados nos contratos de permuta. As receitas e os custos decorrentes de operações de permuta são apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do contrato.

2.15 Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros de natureza monetária serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16 Tributação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computadas pela metodologia do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo princípio de competência.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, e considerações para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos, quando aplicáveis, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

2.17 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações da Companhia requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode variar ao longo do próximo período de cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir: